

InformAPES Urgente

maio/2015

Greve nas IFE

Docentes voltam a se mobilizar em todo o país

Nos dias 15 e 16 de maio, 43 Seções Sindicais participaram da reunião do Setor das federais do ANDES-SN.

Após amplo debate, o Setor indicou para as Seções Sindicais, a realização de assembleias gerais preferencialmente entre os dias 20 e 25 de maio para deliberar sobre a deflagração da greve no dia 28 de maio de 2015.

A decisão do Setor se baseou nos eixos aprovados no 34º Congresso: defesa do caráter público das Instituições Federais de Ensino; condições de trabalho; garantia da autonomia; reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Também foi decidido por reivindicar que o processo negocial seja retomado a partir do acordo assinado com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), em abril

Professores e professoras são chamados às assembleias em todo o país para deliberar sobre a greve. A Assembleia Geral da APES será na terça feira, dia 26, às 17h, na Faculdade de Comunicação

de 2014, sobre os pontos conceituais da carreira, estabelecendo relação com a pauta emergencial, que cobra a reversão dos cortes no orçamento e ampliação de investimento nas IFE. Os docentes também lutam contra a contratação via Organizações Sociais, a terceirização no serviço público e contra a suspensão dos concursos públicos nas IFE. Professores e professoras cobram ainda, entre outras reivindicações, a data base e o reajuste linear para todos os SPF.

Vale lembrar que estas são reivindicações históricas da categoria docente na luta em defesa da qualidade da Educação Pública Federal e que a carreira dos professores federais sofreu profunda

desestruturação após a alteração imposta pelo governo federal em 2012, com a lei 12.772.

Por isso, o sindicato convoca professores e professoras para a Assembleia Geral da APES no dia 26 de maio, terça feira, na Faculdade de Comunicação da UFJF, às 17h para deliberar sobre a deflagração da greve.

Discutir a conjuntura atual, defender a educação Pública e Gratuita, reivindicar condições de trabalho e de carreira, além de cobrar garantias para o funcionamento das IFE, é obrigação de todos nós.

Não falte. Em todas as ocasiões podemos ser professores e professoras, mesmo fora da sala de aula.

Asssembleia Docente

DA UFJF E DO IF SUDESTE MG

**TERÇA FEIRA - 26 DE MAIO - 17H
NO ANFITEATRO DA FACOM**

Pauta

Informes;

**Pauta de reivindicações local e nacional;
Deliberação sobre a deflagração da greve.**

GREVE NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO:

Um breve histórico das conquistas dos docentes

1980 - 26 dias	Nova carreira do magistério superior das IFES; reajuste de 82,25%.
1981 - 20 dias	Impedimento de transformar as Universidades Autárquicas em Fundações; reposição de 30%.
1982 - 32 dias	Impedimento de implantação do ensino pago e da transformação das Autarquias em Fundações.
1984 - 84 dias	Consolidação do ANDES.
1985 - 45 dias	Liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFES; reajuste de 75%.
1987 - 44 dias	Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos; nova tabela salarial.
1989 - 66 dias	Liberação de 60 milhões de cruzados novos; melhorias no plano de carreira dos docentes (percentuais de DE); contratação de 760 docentes e 1340 TAE's; direito à aposentadoria integral.
1991 - 107 dias	Aumento nas gratificações por titulação; reajuste de 20%.
1993 - 31 dias	Reajuste salarial escalonado de 85%.
1994 - 50 dias	Supremo Tribunal Federal decide que Servidores Públicos Federais têm direito à greve.
1998 - 104 dias	Substituição do Plano Individual de Desempenho (PDI) pela GED.
2000 - 87 dias	Impedimento dos projetos de autonomia do MEC e de emprego público do Governo Federal.
2001 - 108 dias	Abertura de duas mil vagas; manutenção do RJU; reajuste salarial entre 8 e 15%.
2003 - 59 dias	Avanços na unidade dos servidores públicos federais das três esferas de governo.
2005 - 112 dias	Aumento de 300 para 600 milhões de reais nos recursos para melhorar os salários da categoria.
2012 - 125 dias	Impedimento de diversos retrocessos no PL 4368/12 do MEC; manutenção de 17 níveis na carreira; garantia de reajuste trianual para os docentes diante da proposta inicial do MEC de 0%.
HOJE	A inflação já consumiu o reajuste dos Docentes e a intenção do Governo é reduzir o percentual da folha de pagamento em relação ao PIB, sinalizando para reajustes de salários somente em 2017; possibilidade de não haver concursos públicos em 2015 e 2016; terceirização de atividades fins com contratação pelas Organizações Sociais (OS); cortes consideráveis no orçamento para educação;
2015	(Recomposição de perdas salariais, reestruturação da carreira e condições dignas de trabalho.) DEPENDE DA SUA PARTICIPAÇÃO.